



EIXO 6: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ETNOEDUCACIONAL, INTERCULTURAL, AMBIENTAL E DE MIGRANTES

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM A PERSPECTIVA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DO RECIFE

Margarete Cordeiro Costa Enes

PPGECI/UFRPE/FUNDAJ

margarete25enes@gmail.com

Patrícia Maria Uchôa Simões

FUNDAJ

pusimoes@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a política de formação e a atuação na política de gestores que efetivam a materialização da formação continuada na Educação Infantil para a perspectiva da Educação Especial Inclusiva na rede de ensino do Recife. O Decreto nº 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, propõe a organização da formação inicial nas universidades e na formação continuada, prevendo a colaboração dos governos federal, estadual e municipal e garantindo o direito dessa formação ao docente em serviço (Brasil, 2009). Segundo esse documento, cada município deve se organizar para materializar a política de formação dos docentes na perspectiva da Educação Especial Inclusiva. Sendo assim, o presente estudo parte das questões norteadoras: como está sendo efetivada a política de formação continuada na rede municipal de ensino de Recife? Quais os espaços formativos onde ocorre os processos formativos? Quais as dificuldades enfrentadas? Como a formação na Educação Especial Inclusiva pode contribuir no contexto da prática dentro das instituições de ensino para que a Educação Infantil seja mais inclusiva? Essas questões foram formuladas e pensadas a partir da abordagem da educação reflexiva e crítica sobre a prática pedagógica de Paulo Freire (1996, 2001), do conceito de saberes docentes de Maurice Tardif (2002), das concepções sobre formação docente inicial e continuada de António Nóvoa (2017; 2019) e da discussão de Teresa Mantoan (2003) sobre a perspectiva inclusiva na Educação Especial. Para responder essas questões, foi adotado, como referencial teórico e metodológico, a abordagem do Ciclo de Políticas e a Teoria de Atuação de Stephen Ball e seus colaboradores (2011, 2021) que permite a análise de políticas desde a sua

formulação inicial até sua implementação no contexto micro da prática e seus efeitos no contexto macro. A metodologia adotada foi desenvolvida em duas etapas: uma análise dos documentos das políticas municipais e a realização de entrevistas semiestruturadas com três gestores municipais que efetivam a política de formação. Dessa forma, foram analisados os contextos da produção de texto e o contexto da prática. Para a análise e tratamento dos registros, foi utilizada um conjunto de técnicas para a análise de conteúdo, inspirada na proposta metodológica de Laurence Bardin. O projeto desta pesquisa foi enviado à Secretaria de Educação do Recife que forneceu a Carta de Anuência e foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP), tendo sido aprovado com o parecer consubstanciado do CEP, nº 7.135.825. Entre os resultados obtidos, destaca-se a relevância do diálogo sobre a formação continuada dos professores da Educação Infantil, na temática da Educação Especial Inclusiva. Sendo a Educação Infantil o início da vida escolar da criança com deficiência, é nessa etapa de ensino que deve se abrir a possibilidade da discussão sobre inclusão e o direito à educação de qualidade para todas as crianças. Ao apresentar a análise documental da política de formação continuada da rede de ensino de Recife, registramos a importância dada ao contexto da prática e às questões do cotidiano de sala de aula, na perspectiva freiriana. Ressalta-se, também, o acesso à atualização profissional, como um lugar de quebra de barreiras atitudinais, um espaço de aprendizagem e de vivências das diversidades, e enriquecimento da prática pedagógica do professor, refletindo, escutando, planejando, com o olhar atento, diferenciado, para mudança de postura. A análise da organização e funcionamento da política, considerando os espaços e tempos das formações, no contexto da prática, identificou limitações do modelo de formação que separa os grupos de professores, sem possibilitar uma formação interativa e reflexiva de trocas de saberes, no entanto, registra-se que, para a realização dos processos formativos, a rede conta com um espaços físico e boa infraestrutura. Observamos ainda que o acesso aos programas de formação não tem atingido todos os professores, faltando a oportunidade para a maioria dos professores de sala regular da Educação Infantil que não tem acesso por não ter a carga horária de trabalho necessária. Acrescentamos a necessidade da temática da Educação Especial Inclusiva ser tratada em todas as etapas de ensino, de forma integrada, aprofundada em seus elementos teóricos e conceituais e com uma discussão de suas especificidades em cada etapa da educação básica. Foram apontados desafios relacionados a temas emergentes, como as tecnologias de informação e comunicação e as possibilidades de uso de tecnologias digitais para



a inclusão, colocando em pauta a adequação dos espaços da diversidade, para uma educação mais equitativa. Na visualização das dificuldades na política de formação continuada para a Educação Infantil, registra-se a necessidade do trabalho intersetorial, dentro da Secretaria de Educação, entre as várias gerências, para criar novos espaços de formação continuada mais inclusivos para todos os profissionais da educação, como também um calendário do ano letivo de forma mais flexível, que seja oficial, tanto na Escola de Formação de Educadores do Recife (EFER), quanto dentro das escolas, para que seja possível uma pedagogia colaborativa. Ressalta-se, ainda, que é fundamental uma parceria e o apoio dos Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos professores da sala regular, com trocas dos saberes profissionais, para a efetivação do trabalho pedagógico dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Para tanto, alerta-se sobre o quantitativo pequeno de professores do AEE. Outro ponto importante é cuidar do professor que cuida da educação, com ações de valorização docente e formação que dê o suporte para a compreensão das realidades e dos desafios. Com isso, concluímos reafirmando nossa pretensão de contribuir para a pesquisa acadêmica sobre essa temática e para a formulação e implantação de programas e políticas de formação continuada para a Educação Infantil, na perspectiva da Educação Especial Inclusiva, que abra possibilidades de mudanças para novos paradigmas que fundamentem a construção de uma escola efetivamente para todos.

Palavras-chave: Política de formação continuada, Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. 2ª edição. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.755/2009, Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977, edição atual 2020.



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. Política e Educação: ensaio. 5ª edição- São Paulo, Editora Cortez, 2001.
MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Editora Moderna, 2003.

NÓVOA . António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa [online]. 2017, v. 47, n. 166 NÓVOA, António 2017

_____. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola, Educação Real [Internet]. 2019;44(3):e 84910

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional Petrópolis: Vozes, 2002.